



ACESSO

E-MAIL

CADASTRE-SE



CartaCapital

CartaCapital
na escola

Blog do Mino

ONDE COMPRAR EM SP

QUERO VENDER

ASSINE

Fale conosco: 0800 70 70
262

CartaCapital

06 de Dezembro de 2006 - Ano XIII - Número 422

Seções

Home

Índice

A Semana

Seu País

Especial

Nosso Mundo

Lances

Crônica

Colunas

Blog do Mino

Linha de Frente

Saúde

Prazer de Ponta

Retratos Capitais

Grampos e Espionagem

Edições Anteriores

Mais Admiradas

Assine

Cadastre-se

Especial

Busca:

VIRADA DE MESA

As mulheres, maioria da população brasileira, avançaram nas conquistas, mas ainda estão em desvantagem em relação a temas como segurança, saúde, trabalho e mídia

Por Paula Pacheco

Maioria entre a população brasileira (51,3% a 48,7%), as mulheres ainda têm de lutar para conter a violência doméstica, por melhores condições de saúde, pela igualdade no mercado de trabalho e por uma imagem menos depreciativa na mídia. Apesar dos avanços nas últimas décadas, a situação continua grave. O número de casos de contaminados pelo vírus da Aids cresce mais entre as mulheres do que entre os homens. Pesquisa do Ibope/Instituto Patrícia Galvão revelou que 51% dos entrevistados declararam conhecer ao menos uma mulher que é ou foi agredida pelo companheiro. Ainda segundo a entidade, uma brasileira apanha a cada 15 segundos. Mais recentemente, dois temas jogaram luz sobre os problemas femininos: a Lei Maria da Penha, que acaba de completar dois meses, e o Dia Internacional da Luta contra a Aids, no dia 1º de dezembro.

Fora de casa, o problema continua. O mercado de trabalho paga melhor ao homem. E as diferenças não param por aí. Na mídia, a desigualdade também é reproduzida. No geral, as mulheres são mostradas nas novelas, na publicidade e na imprensa especializada como carentes, aproveitadoras, objetos sexuais ou idiotas. Daí a pergunta: a brasileira ainda pode ser chamada de sexo frágil? Por que, depois de uma luta secular pela igualdade de direitos, ela mantém uma posição de desvantagem em relação ao homem?

Segundo a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada à Presidência da República, é difícil mudar uma cultura de tantos séculos. Daí a necessidade de se definirem prioridades que envolvam governos e a sociedade para, aos poucos, diminuir as desigualdades entre homens e mulheres.

Hoje, ainda que em número insuficiente, as brasileiras podem contar com centros de referência (espaço de atendimento psicológico, social e jurídico), casas-abrigo (para abrigá-las de forma sigilosa nos casos de violência), defensorias públicas especializadas no atendimento a mulheres, delegacias de defesa da mulher e, mais recentemente, a Lei nº 9.099, batizada de Lei Maria da Penha, que pune de forma mais rigorosa os homens agressores. “Infelizmente, a mulher ainda vive com várias marcas no corpo, como a da violência, da opressão, da discriminação no mercado de trabalho e de doenças como a Aids”, alerta a ministra.

A Aids e o amor

O crescente número de mulheres contaminadas pelo HIV levou o governo a investir recentemente em uma campanha, na qual se



Lar, amargo lar.

Apesar de serem mais de 6 milhões de domésticas no País, a discriminação ainda é grande

SAIBA ONDE
COMPRAR EM SP

CARTA NA ESCOLA



Já está nas bancas o [décimo número](#) da publicação da Editora Confiança dirigida a professores e alunos.

deixaram de lado os clichês dos chamados grupos de risco. O Ministério da Saúde pegou carona no Dia Internacional da Luta Contra a Aids, 1º de dezembro. Uma das protagonistas é a gaúcha Beatriz Pacheco, de 57 anos. Há nove anos, a advogada, integrante da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com Aids, foi diagnosticada como soropositiva. Ela imagina que o contágio tenha acontecido entre 1992 e 1993, quando vivia com o segundo companheiro. Com uma saúde debilitada, ele freqüentemente fazia transfusões de sangue (na época, não havia controle de HIV no sangue doado). Mas Beatriz só soube que estava doente quando já estava casada pela terceira vez. O marido, Carlos Aleixo, morreu no início do ano de câncer, sem se contaminar pelo vírus da Aids.



Problema cultural.

Beatriz e o marido Carlos: “Eu brinquei de avestruz”

Apesar do preconceito, ela optou por expor o problema à sociedade e assim alertar sobre os riscos do sexo sem proteção. Sete meses depois de saber que tinha o vírus, Beatriz dava a primeira entrevista, na qual assumia a condição de soropositiva. “Nunca tive raiva do meu ex-companheiro, porque eu tinha todas as armas para me proteger. Assim como tantas outras mulheres, eu brinquei de avestruz. Pensava que isso nunca aconteceria comigo. Mulheres como eu viveram histórias de amor e se tornaram Cinderelas da Aids”, relata.

Para Beatriz, o crescente número de casos de contaminação de mulheres pelo vírus da Aids revela, entre outras coisas, uma fragilidade emocional e sexual. A análise da ativista é precisa: “O primeiro pensamento é que todos os homens traem, menos o meu. Além disso, há um problema cultural entre os casais que nem sequer negociam o prazer, quanto mais a proteção. Por último, existe o fato de a mulher ainda viver com medo da solidão, sob a fantasia de não se sentir completa se estiver sozinha”.

Na opinião de Beatriz, só as campanhas governamentais não são suficientes para diminuir o ritmo de contaminação pelo vírus da Aids. “Em 20 anos está mais do que provado que só isso não funciona”, afirma. Segundo ela, o caminho tem de passar também pela educação, seja nas escolas, seja dentro de casa.

Apesar da preocupação com a saúde da mulher brasileira, que, além da Aids, sofre com a desinformação e a falta de estrutura no atendimento público, o que mais chama a atenção entre os problemas é a violência estampada na face feminina, independentemente da idade, da escolaridade e da classe social. Em vigor desde 22 de setembro, a Lei Maria da Penha tem conseguido colocar agressores na cadeia. A prisão para esses casos passou de até um ano para três anos. Outra conquista feminina é que, a partir de agora, os juízes podem garantir a volta das agredidas para casa.

A primeira denúncia amparada pela lei aconteceu em São Paulo no dia seguinte à entrada em vigor. R.A.B., de 33 anos, grávida de cinco meses, apanhou do marido, procurou a 5ª Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), no bairro do Carrão (zona leste de São Paulo) e registrou a ocorrência. Procurada dias depois pela polícia, ela não quis levar o caso adiante.

Marli Maurício Tavares, delegada titular da 5ª DDM, estima que apenas cerca de 20% dos homens admitiriam a agressão. “A maioria se diz inocente, diz que a mulher agrediu primeiro ou que ela escorregou e se machucou sozinha.” Em delegacias como a do Carrão, as vítimas têm apoio jurídico gratuito, atendimento psicológico e até brinquedoteca para os filhos. A delegada acredita que agora será necessária uma articulação ainda maior para que a Lei Maria da Penha, que prevê a integração do Judiciário, Ministério Público e da Defensoria Pública, tenha a eficácia pretendida.

Violência e justiça

A luta de 23 anos da cearense Maria da Penha Maia Fernandes, 61 anos, vítima da violência do ex-marido, fez dela um símbolo. Tanto que a Lei 11.340 foi batizada com seu nome. Farmacêutica bioquímica, funcionária pública do estado, ela levou um tiro do marido que atingiu a vértebra e a deixou paraplégica. Na época, a mais nova das três filhas do casal tinha apenas 1 ano e 8 meses. O ex-companheiro foi julgado duas vezes. Na primeira, foi condenado a dez anos de prisão, depois, a oito anos. O réu recorreu e agora o crime está próximo da prescrição.



Símbolo.
Maria da Penha deu nome à lei

“Fui vítima duas vezes. Primeiro, da violência doméstica, depois do Poder Judiciário, que só começou a julgar o meu caso oito anos depois que ele aconteceu”, conta Maria da Penha. O crime ganhou projeção internacional, depois que Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelo descumprimento da Convenção de Belém do Pará, ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. No texto, os países signatários reconhecem a violência contra a mulher como uma violação aos direitos humanos. A OEA enviou quatro ofícios ao governo brasileiro (à época, o presidente era Fernando Henrique Cardoso) e não obteve resposta. O País foi condenado por tratar o assunto com negligência e o organismo internacional recomendou tanto mudanças no Legislativo como no Judiciário.

“Depois da agressão, eu me sentia muito constrangida, porque as pessoas achavam que tinha recebido uma punição merecida. Alguns me perguntavam ‘mas por que essa vingança’, e eu respondia que não era vingança, mas um ato de maldade”, diz Maria da Penha, que faz parte da Associação de Parentes e Amigos das Vítimas da Violência. E ela vai além: “Eu me esquivava das pessoas e do assunto, mas hoje encho a boca para dizer que fui vítima da violência, porque isso resultou em algumas mudanças”.

Trabalho desigual

A baiana Creuza Maria de Oliveira, 48 anos, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, representa um outro lado do abismo entre homens e mulheres: a do mercado de trabalho. Doméstica desde os 10 anos, Creuza faz parte da categoria profissional que mais emprega mulheres (a maioria é de negras e com baixa escolaridade) no Brasil. Segundo o IBGE, esse contingente é de cerca de 6 milhões de pessoas, mas há quem estime ser ainda maior, por volta de 8 milhões de trabalhadores. Nessa profissão, tudo é discrepância. No Norte e Nordeste, há quem receba 50 reais por mês, trabalhe com um acúmulo de funções e sem nenhum tipo de direito. “Esse, por si só, já é um trabalho discriminado, sem status”, resume.



Creuza.
A doméstica que virou sindicalista

Muitas vezes, assim como aconteceu com Creuza, a batalha começa ainda na infância, a partir dos 7 anos. “Na minha família, todas as mulheres iniciaram na vida de doméstica quando ainda eram crianças”, conta a sindicalista. Essas meninas ficam longe da escola e, como explica Creuza, são presas ainda mais fáceis dos patrões. Ela própria, diz, foi vítima de abuso moral e sexual: “Tinha pouco mais de 12 anos e o pai da minha patroa, que tinha uns 60 anos, ficava se exibindo e se masturbando enquanto eu trabalhava. Em outras casas, os filhos passavam a mão, faziam piadinhas e a mãe achava que aquilo era brincadeira, que eu levava tudo muito a sério”. Sem contar as vezes em que apanhou dos patrões.

Na segunda-feira 4, deve acontecer em Belém o julgamento de um caso de violência contra

empregada doméstica que terminou em morte. Uma menina de 11 anos foi assassinada pelos patrões. A mulher foi condenada a 39 anos de prisão e o marido será julgado agora. “O que a mulher faz, no geral, não é valorizado. No caso do trabalho doméstico, que deveria ser tratado como profissão, acontece o mesmo. Para piorar, a mídia reforça a violência, ainda que moral, contra a gente. Nas novelas, os patrões aparecem de roupão e as empregadas estão sempre à disposição, 24 horas por dia, como se aquela não fosse uma relação de trabalho”, opina Creuza. Para a sindicalista, houve muitos avanços nos 23 anos de movimento sindical, com o aumento das garantias legais para as domésticas e uma maior visibilidade dos problemas da categoria, “mas ainda há muita gente que diz que a gente é piloto de fogão”, protesta.

Casos como o de Beatriz, de Maria da Penha e de Creuza parecem não pintar um quadro otimista, mas Júnia Puglia, oficial de Programa do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem, ligado à ONU), lembra que, apesar do desnível, houve avanços. Segundo a publicação *O Progresso das Mulheres no Brasil*, no início da década de 90, os homens ganhavam até 50% mais que as mulheres. A diferença hoje está na faixa dos 30%. Uma das explicações é o aumento da participação feminina no mercado de trabalho. “Ainda estamos em desvantagem, porque se estabeleceu uma posição hierárquica. Estamos caminhando para o equilíbrio”, diz a representante do Unifem.

Autora do recém-lançado *O Que São Direitos Humanos das Mulheres* (Ed. Brasiliense), a ativista Maria Amélia de Almeida Teles lembra que é uma realidade de todo o mundo a posição de vantagem do homem em relação ao sexo oposto. “Alguns aspectos, como a garantia de direitos, melhoraram. Mas a mulher ainda não tem direito, por exemplo, a interromper uma gravidez indesejada e é vítima freqüente da violência doméstica. Além, é claro, da falta de divisão entre os parceiros do trabalho doméstico”, diz a escritora.



Ministra Nilcéa.
“Espero um futuro melhor, sem mulheres subjugadas”

Solange Sanchez, coordenadora nacional do Projeto de Igualdade de Gênero e Raça, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), também acredita que nos últimos anos houve motivos para comemorar, como o aumento da escolaridade feminina e a maior inserção no mercado de trabalho. Cada vez mais mulheres são chefes de família – segundo o IBGE, isso acontece em cerca de um terço dos lares brasileiros. Ela acrescenta: “Claro que ainda há um déficit enorme de trabalho decente no Brasil, especialmente para as mulheres”.

Se pesquisas de entidades como OIT, IBGE e ONU ainda revelam um enorme desnivelamento entre homens e mulheres, um levantamento feito pela **Market Analysis** mostra uma realidade bem diferente, que deixa dúvidas sobre até que ponto os problemas são admitidos. Segundo a pesquisa, 67,2% das mulheres têm auto-estima alta e apenas 1,3% se classifica na categoria muito baixa. O índice maior de alta auto-estima (81,2%) está entre as jovens de 15 a 17 anos – justamente as mais suscetíveis ao que se convencionou chamar de ditadura da moda. Se as brasileiras se gostam tanto e são tão confiantes, por que se deixam agredir? Por que não batem o pé com seus parceiros na hora de decidir por um método contraceptivo que também as proteja de doenças como a Aids? Por que não ganham o mesmo ou mais que o sexo oposto?

Os publicitários podem até negar, mas o que se vê nas campanhas não deixa dúvidas sobre o machismo dominante. A Schincariol acaba de estreitar a campanha, feita pela agência Famiglia, na qual uma mulher, diante do flagrante do batom no colarinho do marido, consulta um guru. O guia espiritual oferece uma cerveja, mostra a marca de batom deixada por ela no colarinho do copo. A personagem sente-se convencida de que uma marca de batom no colarinho, seja ele qual for, é algo tolerável. Ela agradece ao guru que, prontamente, responde “obrigado nada!”

Segundo Francisco Petros, sócio da agência Famiglia e colunista de CartaCapital, “todo mundo

percebe que é uma brincadeira, que faz parte do universo bem-humorado do bebedor de cerveja”. Ainda entre as pérolas das cervejarias, a Kaiser ressuscitou o personagem Baixinho, que, depois de um romance com a bela Karina Bacchi, dá um fora na moça e é aplaudido por um dos amigos, que diz “e foi você que deu o fora”. A Femsa, dona da marca, foi procurada e não esclareceu de que forma trata o público feminino na publicidade.

O provedor de acesso à internet Crescenet utilizou uma campanha, feita pela agência Overcom, com a imagem da boxeadora Duda Yankovich, em posição de ataque. Ao lado da foto, a frase “Bate que ela gosta”. O assunto foi parar no Conselho de Auto-Regulamentação Publicitária (Conar) a pedido da Secretaria Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher. O Conar considerou que não houve infração. Consultada, a entidade informou que não é seu papel analisar a forma que a publicidade brasileira utiliza a imagem feminina, a não ser nos casos de reclamação.

Carla Lopes dos Santos, advogada do departamento jurídico da Overcom, nega a intenção de incentivar a violência doméstica. “Procuramos atingir a mulher que busca o culto à beleza, mostrando que ela pode usar a luta e desafiar qualquer um. Tanto é assim que a Duda, em vez de estar toda machucada, está linda”, explica.

Uma frase da ministra Nilcéa resume de forma realista quantos obstáculos ainda terão de ser transpostos: “Espero que a situação esteja melhor no futuro, para as minhas netinhas, sem que as mulheres tenham de ser subjugadas, com o sexo feminino e masculino com o mesmo poder”.



**IMPRIMIR ESSA
NOTÍCIA**



**ENVIAR PARA
UM AMIGO**



**ONDE COMPRAR
EM SÃO PAULO**

[Anuncie](#) [Onde Comprar em SP](#) [Expediente](#) [Contato](#) [Aviso Legal](#)

© 1999 - 2006 Editora Confiança Ltda. Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo deste website.